



DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA
Consultoria em Tecnologia da Informação
Soluções em Geotecnologia
Serviços de Engenharia e Arquitetura
Consultoria em Gestão Pública

Av. Higienópolis, 32, 4 Andar
Tel. 43 3026 4065
86020 080 - Londrina - PR
Site: www.drz.com.br
e-mail: carlos@drz.com.br

DRZ-DLC 061/2017

Excelentíssima Senhora Tatiani C. Soriani, Pregoeira da Prefeitura Municipal de Araruna – Estado do Paraná.

**Edital de Licitação
Pregão Presencial nº 64/2017**

DRZ - Geotecnologia e Consultoria Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.915.134/0001-93, com sede na Avenida Higienópolis, nº 32 - 4º andar, na cidade de Londrina-PR, CEP 86020-090, por meio de seu representante legalmente habilitado, Sr. Agostinho Rezende, brasileiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 3.108.271-4 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 364.338.379-72, com endereço profissional no local acima referido, vem, com o devido acato e respeito, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no item 2.3, do Edital de Licitação de Pregão Presencial nº 64/2017, apresentar tempestiva Impugnação Administrativa, fazendo-a pelas razões de fato e de direito a seguir articuladas.

1.- Em data de 14 de agosto de 2017, houve por parte desta municipalidade, por intermédio de ato administrativo deflagrado pela Pregoeira Municipal, a publicação de edital de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 64/2017, tipo Menor Preço Global, objetivando a contratação de empresa especializada na execução de serviço de implantação de cadastro técnico multifinalitário com recadastramento imobiliário e serviços de engenharia em geoprocessamento e tecnologia da informação.

Designou, para tanto, o dia 25 de agosto de 2017, às 08h15min, para entrega dos envelopes contendo a documentação e as propostas exigidas através do instrumento convocatório, se realizando, ato contínuo, a abertura das respectivas propostas de preços.

2.- Deste modo, interessada na contratação deflagrada por esta municipalidade e após análise minuciosa quanto às exigências do edital convocatório, crê a empresa peticionária na possibilidade de impugnação dos termos editalísticos, em especial pela inobservância, salvo melhor juízo, dos princípios administrativos constitucionais.

Invoca-se, nesse sentido, a Lei Federal nº 8.666/93 que regula o procedimento de licitação, mais especificamente o seu art. 3º, §1º, inc. I, o qual veda aos agentes públicos “admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frus-



trem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991”.

Ora, “A licitação é um procedimento administrativo para a seleção da proposta de contratação de um particular com a Administração Pública. Esse procedimento licitatório se orienta à realização de duas finalidades essenciais, que são a concretização do princípio da isonomia e a obtenção da proposta mais vantajosa (inclusive sob o prisma de desenvolvimento nacional sustentável)”¹, o que, salvo melhor juízo, encontra-se prejudicado no presente certame licitatório.

3.- Pois bem. Inicialmente, ao sentir da petionária, o critério delimitado pelo item 7.10, alínea h, concernente às exigências impostas à habilitação, não observa o princípio da legalidade acerca dos critérios de capacidade técnica profissional e operacional. Para melhor ilustrar, eis o teor do item ora impugnado:

h) Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente acompanhados com sua CAT – Certidão de Acervo Técnico registrado no CREA, que comprove que a licitante ou seu responsável técnico prestou ou vem prestando serviços técnicos especializados de: Implantação de Sistemas de Informação Geográficas na WEB; Integração de Sistemas de Geoprocessamento com sistemas de gestão; Adequação, atualização e validação de base cartográfica; Cadastramento e/ou recadastramento imobiliário.

Faculdade de ser ou a empresa ou os profissionais desta, o que é vedado pela legislação

Referida exigência, com o devido respeito, induz a uma faculdade de a empresa licitante apresentar a Certidão de Acervo Técnico em seu nome ou de profissional que já exerceu atividade similar ao objeto licitado. Contudo, nos termos do artigo 30, inciso II², da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, há um poder-dever da municipalidade em especificar os limites exigidos para a qualificação técnica, sendo esta dividida entre capacidade técnica operacional e capacidade técnica profissional, vedando-se a exigência de apenas uma em detrimento à outra.

Melhor explicando, cumpre diferenciar o conceito acerca da capacidade técnica operacional e profissional, cuja lição de Marçal Justen Filho³ afigura-se imprescindível:

A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 68.

² “II- comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos”.

³ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 585-586.



que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participara anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública.

Por outro lado, utiliza-se a expressão "qualificação técnica profissional" para indicar a existência, nos quadros (permanentes) de uma empresa, de profissionais em cujo acervo técnico constasse a responsabilidade pela execução de obra similar àquela pretendida pela Administração. A questão da qualificação técnica profissional somente pode ser compreendida em face de obras e serviços de engenharia. É que a legislação que regula a profissão subordina a realização de qualquer obra ou serviço de engenharia a um controle específico em face dos órgãos de classe (Crea). Esse controle envolve a participação e a responsabilidade técnica de um profissional (pessoa física) regularmente inscrito em face do Crea. Veja-se que o profissional que é indicado como "responsável técnico" não é, na quase totalidade dos casos, parte da relação jurídica contratual. A obra ou serviço de engenharia é contratada com uma certa pessoa jurídica. A responsabilidade técnica é de uma pessoa física – que pode ser sócia, empregada ou contratada pela empresa que participa da contratação para execução da obra ou serviço de engenharia.

Por esta razão, é vedado à Administração Pública exigir somente a presença da capacidade técnica profissional OU operacional, devendo ambas as aptidões serem cumuladas na exigência exposta no instrumento convocatório. Aliás, a Resolução nº 1.025/2009, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, em seu art. 55, *caput*, e parágrafo único, veda a emissão de CAT (Certidão de Acervo Técnico) em nome da pessoa jurídica, razão pela qual exige que o responsável técnico (profissional) esteja vinculado ao quadro integrante da pessoa jurídica.

Daí se justificar a pretensão de cumular ambas as exigências acerca da capacidade técnica operacional e profissional, não podendo exigir a presença de uma ou outra, tal como o fez. Este, também, o posicionamento adotado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1265/2009 - Plenário, Relator Benjamin Zymler, julgado em 10.06.2009:

Em diversas assentadas, este Tribunal reconheceu como válida a exigência de comprovação de ambos os ângulos da capacitação técnica, que deverá abranger tanto o aspecto operacional (demonstração de possuir aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do certame) como o profissional (deter, no quadro permanente, profissionais aptos a executar serviço de características semelhantes àquela pretendido pela Administração). Nesse sentido, vale destacar as Decisões 395/1995 – Plenário, 432/1196 –



Plenário, 217/1997 – Plenário, 285/200 – Plenário, 2.656/2007 – Plenário, bem como o Acórdão 32/2003 – 1.ª Câmara.

Portanto, resta prejudicada a pretensão em relação ao contido no item 7.10, alínea *h*, do instrumento convocatório, porquanto deixa de se atentar ao princípio da legalidade administrativa à medida em que faculta a apresentação de CAT em nome da pessoa jurídica ou do profissional técnica, haja vista a necessidade de se exigir ambos critérios em certame licitatório.

4.- De mais a mais, em relação à exigência imposta no item 7.10, alínea *i*, crê a peticionária ser desnecessária a realização de visita técnica junto ao ente municipal a fim de obter o atestado para tal finalidade, porquanto, salvo melhor juízo, tal situação não se faz imprescindível para execução do objeto licitado.

Em termos mais claros, o entendimento pacificado pelo Tribunal de Contas da União se perfaz no sentido de substituir o atestado de visita técnica por declaração do responsável técnico da empresa licitante, sendo desnecessário o comparecimento ao município licitante. Veja-se:

A vistoria ao local das obras somente deve ser exigida quando for imprescindível ao cumprimento adequado das obrigações contratuais, o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação, devendo o edital prever a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por declaração do responsável técnico de que possui pleno conhecimento do objeto, conforme art. 30, inciso III, da Lei 8.666/93 e jurisprudência deste TCU (Acórdãos 983/2008, 2.395/2010 e 2.990/2010, todos do Plenário).⁴

Requer a peticionária, desta forma, seja substituída a exigência de apresentação de atestado de visita técnica por declaração emitida pela licitante por ato de seu responsável técnico que tenha conhecimento do objeto licitado, sem prejuízo para o ente municipal.

5.- Ademais, em relação ao determinado para a prova de conceito por esta municipalidade, cuja delimitação encontra-se prevista nos itens 11.2 a 11.5, do edital licitatório, crê a peticionária ter deixado a municipalidade de observar os princípios da publicidade, da transparência e do contraditório e ampla defesa.

A fim de melhor ilustrar os argumentos, eis o teor dos itens impugnados:

⁴ Brasil. Acórdão de Relação nº 1764/2017 - Plenário, do Tribunal de Contas da União, Relator Vital do Rêgo, julgado em 16.08.2017.



11.2. Declarada a vencedora da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto à vencedora, e anunciará a data para a apresentação da DEMONSTRAÇÃO DE FUNCIONALIDADES DOS ITENS desta licitante.

11.3. - O (a) pregoeiro (a), juntamente com a equipe de apoio e com a Comissão de Fiscalização dos Serviços do Departamento de Finanças e Divisão de Cadastro e Tributação, devidamente designada, assistirá à DEMONSTRAÇÃO e verificarão a conformidade do serviço proposto com o ANEXO I – Termo de Referência e todos os seus subitens, do Edital, sendo assegurada a presença e participação das demais licitantes na apresentação.

11.4. - A DEMONSTRAÇÃO será realizada através da execução da totalidade das funcionalidades, em tempo real, conforme estabelecido no ANEXO I – Termo de Referência do Edital.

11.5. - A DEMONSTRAÇÃO será avaliada conforme critérios objetivos constantes no ANEXO I – Termo de Referência do Edital.

Com o mais elevado respeito, a necessidade de se apresentar a Prova de Conceito nos termos expostos acima, os quais exigem a demonstração e, por conseguinte, a verificação das exigências em consonância com o Anexo I (Termo de Referência), salvo melhor juízo, importa em onerosidade excessiva, bem como induz a uma generalidade acerca dos critérios a serem apresentados, porquanto a apresentação de inúmeros critérios genéricos induz em restrição à competitividade do procedimento licitatório.

Este foi o entendimento, também, perpetrado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1113/2008 - Plenário, Relator André de Carvalho, em julgamento na data de 11.06.2008, cuja ementa segue abaixo:



REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME. OITIVA. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS ANTES DA FASE DE JULGAMENTO. ILEGALIDADE. POSSÍVEL RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE DO CERTAME. CONHECIMENTO. REPRESENTAÇÃO PREJUDICADA ANTE A PERDA DE OBJETO. DETERMINAÇÕES CORRETIVAS. A exigência de amostras a todos os licitantes, na fase de habilitação ou de classificação, além de ser ilegal, pode impor ônus excessivo aos licitantes, encarecer o custo de participação na licitação e desestimular a presença de potenciais interessados.

Sendo assim, em atenção aos princípios inerentes à Administração Pública, em especial os da publicidade, da transparência, do contraditório e ampla defesa, afigura-se justo a delimitação das exigências quanto aos critérios a serem observados quando da realização da Prova de Conceito, devendo transparecer a municipalidade os apontamentos de forma objetiva, sendo vedada a exigência genérica exposta. É o que requer.

6.- Por fim, relativamente ao critério correspondente à descrição detalhada do objeto, prevista no item 3, do Anexo I, do instrumento convocatório, crê a peticionária na impossibilidade de exigência de algumas



especificações ali expostas, em especial quanto a comprovação da elaboração de Plano Diretor Municipal e de Planta Genérica de Valores, cf. se vê abaixo:

Item	Descrição dos Serviços	Und	Qnt
1	Cadastramento imobiliário, medição e classificação de unidades imobiliárias, dos imóveis edificados e não edificados, identificação de áreas construídas, identificações dos imóveis não edificados; atualização da cartografia referencial do Município;	Und	6.500
2	Software de informação geográfica para gerenciamento do cadastro técnico multifinalitário, o qual permitirá a gestão da cartografia municipal e a disponibilização de informações cadastrais aos usuários através da Internet. Atender a necessidade de disponibilização, atualização e gestão das informações cadastrais e territoriais do Município e Fiscalização Municipal.	Mês	12
3	Implantação do Cadastro Técnico Multifinalitário da área urbana do Município conforme preconiza a PORTARIA DO MINISTÉRIO DAS CIDADES Nº - 511, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009.	Mês	12
5	Elaboração do Plano Diretor Municipal. 	Mês	12
6	Serviços de Engenharia para Elaboração de Anteprojeto de Lei Complementar que institui a Planta Genérica de Valores 	Mês	12

Em outros termos, os itens indicados acima, salvo melhor juízo, não guardam qualquer relação com o objeto licitado, principalmente pela ausência de sua previsão na descrição do serviço a ser prestado a esta municipalidade, o qual se restringe a prestação de serviços de desenvolvimento institucional do município, bem como a arrecadação de tributos de competência municipal, não havendo qualquer descrição quanto à elaboração de Plano Diretor Municipal e Planta Genérica de Valores.

Ora, em que pese a exigência exposta, tem-se que em momento algum previu a municipalidade em seu instrumento convocatório as especificações para prestação dos serviços relativos ao plano diretor e planta genérica de valores ao município de Araruna, justificando-se, por assim, a exclusão desses critérios do edital de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 64/2017, tipo Menor Preço Global. É o que requer.

Pensamento contrário, que se faça a retificação do edital, prevendo tais condições em seu objeto e por conseguinte exigir a comprovação de experiência das licitantes referentes aos serviços que se quer contratar.



DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA
Consultoria em Tecnologia da Informação
Soluções em Geotecnologia
Serviços de Engenharia e Arquitetura
Consultoria em Gestão Pública

Av. Higienópolis, 32, 4 Andar
Tel. 43 3026 4065
86020 080 - Londrina - PR
Site: www.drz.com.br
e-mail: carlos@drz.com.br

REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, requer digno-se Vossa Senhoria em conhecer da presente impugnação para o fim de alterar os itens impugnados, a fim de serem observados os princípios administrativos constitucionais, em especial os da legalidade, da publicidade, da transparência, do contraditório e ampla defesa.

Em outros termos, requer seja, em sede inicial, revista a exigência do item 7.10, alínea *h*, porquanto viola os termos legais que haja exigência apenas da qualificação técnica profissional ou operacional, devendo ambas serem cumuladas. Ademais, em relação a visita técnica (item 7.10, alínea *i*), a jurisprudência pacificada do Tribunal de Contas da União afirma pela sua substituição por declaração do responsável técnico da empresa licitante, sendo desnecessária a realização de visita técnica junto ao local dos serviços. Soma-se a isto, por igual, o prejuízo em relação aos itens 11.2 a 11.5, correspondentes à Prova de Conceito, porquanto, salvo melhor juízo, estes importam em exigência desarrazoada e restritiva à competitividade do certame, justificando, por assim, a delimitação de critérios objetivos e claros, a fim de se resguardar a transparência no procedimento licitatório. Por fim, resta prejudicada exigir a apresentação de Plano Diretor e Planta Genérica de Valores, porquanto estas não se encontram especificadas em momento algum no edital convocatório, deixando de guardar qualquer relação com o objeto licitado, importando, desta forma, em sua exclusão ou a retificação do objeto. É o que requer.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

De Londrina para Araruna, em
22 de agosto de 2017.

DRZ - Geotecnologia e Consultoria Ltda.
CNPJ nº 04.915.134/0001-93

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CDC1-8E37-57FD-537B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CDC1-8E37-57FD-537B



Hash do Documento

12A93C56FCE8EEA468CA32BACA314CCBD3195699A15E1910859DD29E16505E60

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/08/2017 é(são) :

☒ Agostinho De Rezende (Signatário) - 364.338.379-72 em 22/08/2017 14:21

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

